

AO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

**URGENTE: DENÚNCIA IRREGULARIDADES PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2023 –
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2023**

DENUNCIANTE: A CONSULTORIA LTDA – CNPJ 35.236.886/0001-51

**DENUNCIADO: PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TIAGO- MG**

A empresa **A CONSULTORIA LTDA**, com sede na Rua André Rodrigues da Silva, nº. 270, APT. 03, Bairro Campo Alegre, Conselheiro Lafaiete/MG, cadastrada no CNPJ sob o nº. 35.236.886/0001-51, por sua Representante Legal Sr.ª Izabella Sousa Coimbra Nascimento, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG nº. 194.133 vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, nos termos do art. 301 da Resolução n.º 12/2008, apresentar **DENÚNCIA REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 003/2023**, certame promovido pela Prefeitura Municipal de São Tiago - MG, sob a responsabilidade do (a) Presidente da Comissão Permanente de Licitação da respectiva Prefeitura, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

I – DOS FATOS, ILEGALIDADES E IRREGULARIDADES:

O certame em questão tem como objeto:

“Constitui objeto deste processo a contratação de empresa especializada em serviços técnicos para consultoria em Educação, com oferta de plataforma de gestão educacional, com licença de uso de software com atualizações que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo serviços de implantação, treinamento, suporte e atendimento técnico de todos os módulos e assistência humana especializada para resolução de todos os temas tratados através da plataforma, conforme especificações detalhadas contidas no Termo de Referência, parte integrante deste Edital”.

Ocorre que, são diversas as irregularidades e ilegalidades que dependem de serem apreciadas por este d. Tribunal, sob pena de comprometer o presente certame, conforme será detalhado a seguir.

Sabe-se que os princípios que regem as licitações públicas veem insculpidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como no art. 3º da Lei nº. 8.666/93, com destaque à supremacia do interesse público na busca da proposta mais vantajosa.

No caso em análise, para que tal objetivo seja alcançado, imperioso superar algumas restrições e ilegalidades que maculam o certame, conforme passa a demonstrar:

II – DAS EXIGÊNCIAS ABUSIVAS

No presente caso, extrapolando a finalidade contida na lei, o edital previu exigências abusivas, tais como as previstas no item 7 do Termo de Referência (Anexo I), *in verbis*:

“07 – OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

(...)

Apresentação no ato de assinatura do instrumento contratual de quadro de pessoal técnico diretamente responsável pela prestação dos serviços, indicando formação acadêmica, e responsabilidade no processo, contendo, no mínimo:

a. Um profissional de nível superior, com a respectiva graduação em Ciências da Computação. (Grifo nosso).

b. Um profissional de nível superior, com a respectiva graduação em Pedagogia.

c. Um profissional de nível superior, com a respectiva graduação na área de direito e portador de OAB.

Ocorre que tal exigência desborda do necessário para o cumprimento do objeto licitado, conduzindo à restrição ilegal da licitação ao exigir profissional de nível superior em Ciência da Computação em disponibilidade no quadro técnico da empresa.

Data vênua não se verifica a razão do profissional de nível superior em Ciências da Computação totalmente disponível na empresa a ser contratada, considerando que a razão máxima da contratação é a gestão educacional.

Ressalte-se que o cientista da computação possui habilitação para desenvolver sistemas e aplicações, determinar a interface gráfica, implantar decisões tecnológicas e trabalhar com a parte estrutural do banco de dados, além da codificação dos programas. Em outras palavras, um profissional que está envolvido com soluções computacionais desde situações básicas até ambientes mais complexos de resolução.

Logo, como a Plataforma de Gestão Educacional a ser contratada já deverá estar previamente pronta e em pleno funcionamento, não se faz necessário o profissional de ciência da computação fazer parte do corpo profissional da empresa licitada.

Nesse caso, a questão é de ordem pública e não pode ser ignorada pela Administração, a qual está vinculada ao cumprimento do princípio da legalidade, previsto no art. 37 da CF/88.

Ademais, também constata no item 7 no Termo de Referência (Anexo I), novamente prevê exigências abusivas:

“Apresentação de declaração autoral e de responsabilidade pelos textos explicativos de cada legislação (leis, decretos, portarias, resoluções, e outros) da educação em âmbito Estadual e Federal.”
(Grifo nosso).

Tal exigência retromencionada, além de abusiva é confusa, imprecisa ou, no mínimo, omissa, pois a dúvida paira no que tange ao que seria (ou para que seria) a declaração autoral e de responsabilidade pelos textos explicativos de cada legislação (leis, decretos, portarias, resoluções e outros) da educação em âmbito Estadual e Federal.

O que seria tal declaração: especializações, pós graduações, artigos publicados, livros publicados? Sobre toda a legislação da Educação Federal e Estadual? Ou pareceres jurídicos? Opiniões Técnicas? Pontos de vista? Aqui, na prática, são infinitas as possibilidades!

Além disso, quando o Edital exige a apresentação de declaração autoral (e de responsabilidade) pelos textos explicativos de cada legislação (leis, decretos, portarias, resoluções e outros) da educação em âmbito Estadual e Federal, na prática, está a exigir a figura do titular originário, previsto na Lei n.º 9.610/98, que é o autor de obra intelectual **ou mesmo o intérprete, uma vez que terá, nos termos do Edital, a responsabilidade pela interpretação pessoal que fizer de determinada lei, decreto ou qualquer outra legislação educacional em âmbito estadual ou federal.**

E aí começa o problema: Se a questão de autoria e responsabilidade pelos textos explicativos é do licitante (frutos de sua exclusiva autoria e interpretação), a mesma, inevitavelmente, estará regida pela Lei n.º 9.610/98, a qual em seu 8º, assim estabelece:

“Art. 8º Não são objeto de proteção como direitos autorais de que trata esta Lei:

*I - as idéias, **procedimentos normativos, sistemas, métodos,** projetos ou conceitos matemáticos como tais;*

(...)

*IV - os **textos de tratados ou convenções, leis, decretos, regulamentos, decisões judiciais e demais atos oficiais;**” (grifo nosso)*

Salienta-se aqui, que a lei de licitações, em seu art. 3º, ao dispor sobre o edital e objeto licitado, previu expressamente que:

“§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.”

Portanto, qualquer exigência que não disponha de motivação técnica/jurídica suficiente a justificar a restrição, torna-se ilegal e abusiva.

Não obstante, ainda podemos apontar diversas outras exigências abusivas no edital e termo de referência anexo, tornando-se nítida a intenção editalícia de direcionamento à determinada empresa, bem como restrições abusivas que impedem a participação de outros licitantes:

Desta feita, observa-se no Termo de Referência:

"4.9 - MÓDULO PEDAGÓGICO

Tela pela qual os professores e pedagogos da EDUCAÇÃO da rede municipal de São Tiago terão acesso:

a) Um repositório com, no mínimo, uma atividade pedagógica para cada habilidade da BNCC, contemplando Educação Infantil e Ensino Fundamental I. As atividades deverão ser apresentadas em formato passível de formatação, assinadas por PEDAGOGO com formação mínima em PEDAGOGIA, com ESPECIALIZAÇÃO em área relacionada a planejamento pedagógico. Além disso, as atividades precisam manter conformidade com a BNCC e contemplar tendências pedagógicas diversas. A cada mês, o repositório de atividades precisará ser complementado com atividades novas que correspondam a, pelo menos, um acréscimo de 10% das atividades existentes na plataforma. As atividades, por amostragem, devem ser aprovadas pela equipe pedagógica do município.

b) Um repositório com, no mínimo, 200h de cursos ministrados por profissionais PEDAGOGOS com formação mínima em PEDAGOGIA, com ESPECIALIZAÇÃO em área relacionada a planejamento pedagógico. Além disso, os cursos precisam manter conformidade com a BNCC e contemplar tendências pedagógicas diversas. A cada mês, o repositório de cursos precisará ser complementado com, pelo menos, mais 20h de cursos novos. Os profissionais que acessarem os cursos terão acesso de emissão de certificados de participação. Os cursos, por amostragem, devem ser aprovadas pela equipe pedagógica do município.

"4.10 - MÓDULO LEGISLAÇÃO

Tela pela qual todos da Secretaria de Educação terão acesso:

a) Repositório de informações, com toda a legislação educacional existente no país (leis, decretos, portarias, resoluções, pareceres), atualizados no mesmo dia da

publicação de novas atos legais, organizados por temas, com acesso liberado para profissionais autorizados pelos municípios, com interpretação discutida por profissionais especializados, em textos, áudio e vídeo.

b) Repositório com análise de editais de programas educacionais publicados por Estados e União, apresentados na data de publicação, analisados em texto, áudio e vídeo por profissionais especializados.

c) O módulo Legislação terá um extenso volume de documentos (leis, decretos, portarias, resoluções e outros) referente a Educação, no âmbito Estadual e Federal, onde fica armazenado de forma eficiente, organizado em pastas e segura toda a documentação, e em cada pasta contém textos explicativos para otimização no uso.

d) O módulo permite o cadastro e consulta às legislações, mídias e a impressão dos arquivos em formato adequado, com fácil acesso e com consulta por nome, através de sistema OCR (optical character recognition).

e) Permite a elaboração de um índice com a ementa da legislação, possibilitando a consulta das mesmas por assunto, pelo número do ato, pela data, por palavras-chave ou combinações.

f) Garante atualização dos textos explicativos referente às legislações apenas por pessoas autorizadas.

g) Permite registrar na legislação cadastrada a referência e uma ligação ou atalho à nova forma que altera ou substitui, incluindo os decretos de regulamentação que as complementam.

h) Os textos explicativos de cada documento deverão ser autorais, não possuindo qualquer tipo de plágio.

i) Atendimento humano destinado à compreensão do processo de análise, interpretação, elaboração de planos de trabalho e prestação de contas, com técnicos especializados, com tempo de resposta de, no máximo, 30 (trinta minutos) após o cadastramento do chamado.

Nestes itens, importante trazer que basta ir aos sítios eletrônicos do Planalto (<https://legislacao.presidencia.gov.br/>), da ALMG - Assembleia Legislativa de Minas Gerais (<https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/leis/legislacao-mineira/>), do MEC – Ministério da Educação (<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes>), FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (<https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao>), SEE MG – Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (<https://www2.educacao.mg.gov.br/sobre/legislacao>) **para encontrar (de forma totalmente gratuita e atualizada) facilmente todas as legislações necessárias para a gestão pública educacional, dispensando assim, qualquer contratação administrativa, ou qualquer dispêndio de recursos públicos para tal finalidade.**

Ademais, totalmente descabido arbitrar tempo máximo de resposta em um serviço de consultoria especializada em gestão educacional em 30 (trinta) minutos, principalmente quando se trata de atendimento humano, pois os casos precisam ser estudados e elaborados concretamente, ou seja, caso a caso, o que demanda estudo técnico jurídico educacional e administrativo, para se ter o mínimo de segurança jurídica nas respostas e, que todas, sejam alinhadas os entendimentos dos Tribunais de Contas Estaduais competentes, o que fere de morte os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Ou seja, tem-se evidenciada uma restrição infundada, cujo direcionamento do certame será inevitável, o que é amplamente vedado pelos tribunais:

REPRESENTAÇÃO. PEDIDO CAUTELAR, SUPOSTA IRREGULARIDADE CARACTERIZADA POR RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE CAUSADA POR DISPOSITIVO DO EDITAL. SUSPENSÃO CAUTELAR DA LICITAÇÃO. REFERENDO. (TCU, ACÓRDÃO 432/2019 ATA 6/2019 - PLENÁRIO, Relator(a): RAIMUNDO CARREIRO, Data da sessão: 27/02/2019)

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM DECISÃO INTERLOCUTÓRIA PROMANADA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÕES. MEIO DE EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA E TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MENOR QUE 1% (UM POR CENTO). RESTRIÇÃO PREVISTA NO EDITAL. PROVÁVEL ILEGALIDADE. FUNDAMENTO RELEVANTE E RISCO DE INEFICÁCIA DA MEDIDA. REQUISITOS PREENCHIDOS. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. DECISÃO MANTIDA. 1. Cuida-se de Agravo Interno, autuado sob o nº. 0623396-85.2018.8.06.0000/50000, interposto pelo ESTADO DO CEARÁ em face de Decisão Interlocutória

proferida por esta Relatora (fls. 175/180), nos autos do Agravo de Instrumento agitado nos autos do Mandado de Segurança (nº 0623396-85.2018.8.06.0000) impetrado por FA2F- ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, na qual deferi parcialmente o pedido de...» (+245 PALAVRAS) »... tutela recursal, por vislumbrar o preenchimento dos requisitos legais para tanto. 2. Não conformado, o ente público agravante interpôs o presente recurso, no qual sustenta, às fls. 01/12, que o edital em comento encontra-se absolutamente de acordo com os mais recentes julgados, inclusive deste Tribunal de Justiça, estabelecendo critério razoável e objetivo para aferição da exequibilidade da proposta. 3. Pois bem. É cediço na jurisprudência que não pode o Poder Público estipular taxa mínima de administração, residindo esta no campo da liberalidade do licitante, cabendo a este apresentar sua proposta conforme seu interesse, além de representar contrassenso tal exigência quando se tem como critério de avaliação da proposta o menor preço, o qual representaria uma maior vantagem para a Administração Pública que teria custos mais reduzidos para a prestação do mesmo serviço. 4. Nessas razões, constata-se a possível violação ao disposto no art. 40, X, da Lei nº. 8.666/93 (Redação alterada pela Lei nº. 9.648/98), aplicável subsidiariamente à Lei do Pregão, conforme preleciona seu art. 9º, infringindo os princípios que regem a Licitação, e impedindo a própria Administração Pública de, em tese, buscar as propostas mais vantajosas, visando assim o interesse público. **5. Assim, apesar de ser de competência da Administração Pública o exercício do controle quanto à justiça e viabilidade econômica das ofertas e propostas submetidas à exame, esta última, valendo-se de suas prerrogativas, não pode desobedecer a legislação, olvidando-se de realizar contratações de maior interesse às necessidades públicas.** 6. Desta feita, não havendo previsão legal de cláusulas ou condições que restrinjam o caráter competitivo do certame, verifica-se a plausibilidade do direito e a lesão de difícil reparação do Agravante, ante a possível ilegalidade, devendo ser afastadas, inclusive, pela própria Administração, quando patente o

mencionado vício, que não pode impedir os concorrentes à apresentarem a exequibilidade de seus contratos por documentos suficientemente idôneos. 7. Por tais razões, a medida que se impõe é a manutenção da decisão vergastada, sendo imperioso o afastamento, parcialmente, das cláusulas previstas na norma editalícia permitindo a participação da Recorrida no certame, desde que comprove, efetivamente, a exequibilidade de sua proposta. 8. Recurso conhecido e desprovido. Decisão mantida. (TJ; Relator (a): LISETE DE SOUSA GADELHA; Comarca: Fortaleza; Órgão julgador: 12ª Vara da Fazenda Pública; Data do julgamento: 11/03/2019; Data de registro: 12/03/2019) (grifo nosso)

Neste diapasão, conclui-se que, tais exigências desbordam do mínimo razoável admitido à legislação, doutrina e ampla jurisprudência acerca da matéria, devendo ser retirados.

O fato, é que o edital denunciado **restringe a competitividade da licitação**, impedindo a participação de um universo maior de competidores, ao exigir todos os pontos acima abordados com exigências exorbitantes e excessivas retro mencionadas.

A exigência editalícia indica um **direcionamento** injustificado a poucas empresas que certamente já dominam o mercado (ou a inusitada solução proposta) e, por isso mesmo, ilegal, contrariando orientações dos Tribunais:

MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA. ILEGALIDADES NO EDITAL. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. DESPROVIMENTO DA APELAÇÃO. A exigência, no edital, de comprovação técnica na prestação de serviços funerários em município com mais de 200 mil habitantes, é manifestamente ilegal, pois os serviços seriam concedidos a 06 (seis) empresas, as quais caberia, portanto, executar um sexto do contrato, sendo exagerado e abusivo condicionar a participação dos licitantes a prova de capacitação técnica correspondente a totalidade da população do município. Segundo Marçal Justen Filho, há enorme risco de que a exigência da certificação ISO represente uma indevida restrição ao direito de

participar da licitação, pois nenhuma lei condiciona o exercício de alguma atividade à sua obtenção. (TJSC, Apelação / Reexame Necessário n. 0304479-98.2016.8.24.0020, de Criciúma, rel. Des. Ronei Danielli, Terceira Câmara de Direito Público, j. 22-05-2018)

Para fins de restringir a competitividade, deve a Administração Pública disponibilizar justificativa formal e bastante no processo administrativo. Ocorre que não há **nenhuma justificativa técnica**, carecendo o processo da devida motivação necessária.

Tal exigência, destituída de qualquer **justificativa técnica**, contraria, assim, a expressa vedação do art. 7º, §5º da Lei nº. 8.666/93:

*“Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:
5º **É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável**, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.
§ 6º **A infringência do disposto neste artigo implica a nulidade dos atos ou contratos realizados e a responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.**”*

Sendo assim, afigura-se viciado o edital em análise, ultrajando os preceitos licitatórios da legalidade, da amplitude na participação, finalidade e na razoabilidade, bem como todos seus corolários, devendo ser revisto.

Tais constatações e evidências, portanto, demonstram que o objeto constante do Edital ora denunciado, impõe verdadeira restrição à participação dos licitantes que não sejam fornecedoras dos **inúmeros e “detalhadíssimos/minuciosos”** serviços especificados no Edital.

Da mesma forma, o TCEMG também já decidiu que “o detalhamento excessivo” pode fornecer indícios de que as especificações são atribuídas a uma única solução tecnológica.

As especificações poucos usuais “podem restringir o número de soluções que poderiam atender aos requisitos”, fato esse que, com o devido respeito, parece ser o caso do Edital do certame ora denunciado, ou seja, com fortes

indícios de que as especificações constantes do mesmo são atribuídas a uma única solução tecnológica ou empresa:

“DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL. IRREGULARIDADES. AUSÊNCIA DE PARCELAMENTO DO OBJETO LICITADO. QUANTITATIVOS E UNIDADES DE MEDIDA DOS SERVIÇOS E PRODUTOS NÃO CORRESPONDEM ÀS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO. INDICAÇÃO DE HARDWARE E SOFTWARE PRECISA SER MELHOR ESTABELECIDO NO QUE TANGE AOS REQUISITOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS E CLAREZA PARA O CORRETO FUNCIONAMENTO DO SOFTWARE ACOPLADO AO HARDWARE ADQUIRIDO. DETALHAMENTO EXCESSIVO FORNECE INDÍCIOS DE QUE AS ESPECIFICAÇÕES SÃO ATRIBUÍDAS A UMA ÚNICA SOLUÇÃO TECNOLÓGICA, CARACTERIZANDO RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE E DIRECIONAMENTO DO CERTAME. PRESENTES OS REQUISITOS DO FUMUS BONI JURIS E DO PERIGO DE DANO. SUSPENSÃO DO CERTAME. DECISÃO MONOCRÁTICA REFERENDADA. 1. ***Para que a aquisição ou locação de um ambiente virtual de aprendizagem seja bem-sucedida pela administração pública, faz-se necessário que as especificações elencadas sejam estabelecidas no termo de referência de forma a não restar dúvidas quanto as especificidades dos sistemas atuais de aprendizagem virtual disponíveis no mercado, possibilitando a escolha correta da melhor solução de aprendizagem que atenda aos anseios da administração pública.*** 2. ***A indicação de hardware e software precisa ser melhor estabelecida no que tange aos requisitos mínimos necessários e clareza para o correto funcionamento do software acoplado ao hardware adquirido. O detalhamento excessivo pode fornecer indícios de que as especificações são atribuídas a uma única solução tecnológica. As especificações poucos usuais podem restringir o número de soluções que poderiam atender aos requisitos. (Processo n. 1095278 – Denúncia. Rel. Cons. Wanderley Ávila. Deliberado em 14/12/2020. Disponibilizado no DOC de 4/2/2021) (grifo nosso)***

Além disso, **não consta no Edital qualquer justificativa legal, técnica ou econômica para que a administração municipal não tenha optado pela utilização de softwares livres (gratuitos)** na área de educação, em especial para as finalidades constantes do Termo de Referência no Edital, optando pela contratação e custeio de tal produto com recursos públicos e, o que é mais grave, mediante patente restrição de competitividade. Veja:

DENÚNCIA. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. SOFTWARES DE GESTÃO MUNICIPAL INTEGRADA. ANULAÇÃO. DISPENSA DE LICITAÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. NOVO PROCESSO LICITATÓRIO. PARCELAMENTO DO OBJETO. CONSÓRCIO DE EMPRESAS. VISITA TÉCNICA. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL. CREDENCIAMENTO. ADITAMENTO MINISTERIAL. PROCEDÊNCIA PARCIAL. RECOMENDAÇÃO. 1. A prescrição intercorrente da pretensão punitiva do TCEMG configura-se na hipótese de expiração do prazo de cinco anos entre a primeira causa interruptiva da prescrição e a prolação da decisão de mérito recorrível (art. 110-F, I, da Lei Complementar Estadual n. 102/2008). 2. O parcelamento do objeto de licitação destinada à aquisição de bens ou de serviços divisíveis é obrigatório nas hipóteses em que tal fracionamento otimizar o aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade licitatória sem perda da economia de escala ou prejuízo ao conjunto da contratação (Enunciado de Súmula TCEMG n. 114). 3. A vedação à participação de consórcio de empresas no processo licitatório deve ser devidamente motivada com base na ampliação da competitividade, na complexidade do objeto licitatório, na vultosidade dos custos envolvidos e nas circunstâncias de mercado, entre outros aspectos relevantes. 4. A exigência editalícia de visita técnica deve ser devidamente justificada pela imprescindibilidade de os concorrentes conhecerem o local de execução contratual e pela natureza do objeto licitado. 5. As exigências de qualificação técnica elencadas na Lei n. 8.666/1993, na condição de garantias mínimas do cumprimento das obrigações, devem ser interpretadas mediante juízo de adequabilidade normativa, em apreço à ampliação da competitividade dos certames promovidos pela

Administração Pública. 6. É permitida a manutenção, pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública, de registros cadastrais temporários com natureza de habilitação prévia de empresas interessadas em participar das futuras licitações, de maneira a tornar desnecessária nova apresentação de alguns documentos habilitatórios pelos cadastrados e, por conseguinte, simplificar os procedimentos e minimizar os riscos de inabilitação por vícios documentais. 7. A obrigatoriedade de credenciamento dos licitantes ou dos representantes legais prevista no art. 4º, VI, da Lei n. 10.520/2002, não abrange o acompanhamento da sessão pública e a entrega de envelopes com a documentação e com as propostas por escrito. 8. **A opção administrativa pela aquisição de licença de uso de software deve ser objeto de adequada fundamentação legal, técnica e econômica, de forma expressa nos autos do processo licitatório, em virtude da potencialidade de restrição à competitividade licitatória.** (Denúncia n. 912205, rel. Conselheiro Substituto Licurgo Mourão, publicação em 8 de outubro de 2019). (grifo nosso)

III – DA GRATUIDADE DOS SERVIÇOS QUE SE PRETENDE CONTRATAR ATRAVÉS DA PLATAFORMA DE GESTÃO EDUCACIONAL, COM LICENÇA DE USO DE SOFTWARE.

Mas, vale destacar, os problemas com os certames em questão, ainda não terminam por aí.

O serviço pelo qual a Secretaria Municipal de Educação pretende pagar com recursos públicos, **PODEM SER OBTIDOS GRATUITAMENTE PELA RESPECTIVA SECRETARIA**, junto à instituição não governamental, inclusive de renome e destaque nacional, como é o caso da Plataforma CONVIVA, fato esse que inegavelmente precisa ser levado ao conhecimento do Controle Interno da Prefeitura e também do Ministério Público da Comarca, além, é claro, deste Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

A **plataforma** **CONVIVA** (disponível em: <https://convivaeducacao.org.br/oque-e>) Educação é um sistema de gestão gratuito para Dirigentes Municipais de Educação (DME), equipes técnicas das secretarias, gestoras e gestores escolares.

No final de 2020, conforme dados da CONVIVA, 92% (noventa e dois por cento) dos municípios do país estavam cadastrados e 2.005 Secretarias Municipais

de Educação acessavam mensalmente os conteúdos, as ferramentas e as áreas de trocas de experiências da plataforma.

A PLATAFORMA DA CONVIVA, PORTANTO, DISPONIBILIZA TODAS AS FUNCIONALIDADES DO SOFTWARE QUE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PRETENDE CONTRATAR, SÓ QUE DE FORMA GRATUITA, senão vejamos:

- ***Ambiente seguro: a secretaria gerencia o uso da plataforma feito por seus usuários e garante o sigilo dos dados incluídos de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);***
- ***Dados sempre recentes e conteúdos baseados em marcos legais que apoiam a formação continuada da equipe em todas as áreas da gestão educacional;***
- ***Funcionalidade de importação do Censo Escolar, permitindo o planejamento, implementação e monitoramento das políticas públicas;***
- ***Indicadores Educacionais oficiais atualizados e ferramenta para monitoramento do Plano Municipal de Educação;***
- ***Suporte remoto às dúvidas dos usuários por Whatsapp, telefone e e-mail;***
- ***Acesso ao Conviva liberado para um usuário por escola para atualização de ferramentas e melhoria da gestão pelas secretarias;***
- ***Notícias atualizadas diariamente na área Fique Atento e vídeos incluídos na Galeria: mais informação para quem quer estar sempre atualizado sobre gestão da educação;***
- ***Memorial de Gestão para registro das ações das secretarias, transição democrática na troca de governos e apoio para continuidade do planejamento;***
- ***Ferramentas de apoio à organização da equipe: Agenda, Planejamento Anual e Plano de Ação.***

Assim, é possível observar, de plano, que a Plataforma Gratuita acima apresentada (CONVIVA), a qual é utilizada por 92% dos Municípios brasileiros é,

inclusive, muito mais completa em suas funcionalidades e recursos para fins de otimizar a gestão educacional da Secretaria de Educação. Daí indagar, portanto, se a contratação encontra, de fato, os necessários respaldos para contemplar necessidades e finalidades voltadas aos interesses públicos, em especial dos serviços públicos de educação.

Portanto, não se justifica no Termo de Referência a contratação dos serviços de plataforma de gestão educacional, com licença de uso de software constante do objeto do certame ora denunciado, ao argumento de que os mesmos são necessários, uma vez que TODAS as funcionalidades, ferramentas e recursos deste software, podem ser obtidos de forma TOTALMENTE GRATUITA, causando um evidente dano ao erário.

Neste sentido, importante que os Pregoeiros e respectivas equipes de apoio, confirmem as ferramentas e funcionalidades que são gratuitamente disponibilizadas pela Plataforma do CONVIVA (disponível em: <https://convivaeducacao.org.br/ferramentas>), nos seguintes termos:



Os objetivos dessa contratação, ao que parecem, fogem dos padrões "Éticos", face aos patentes indícios de que os interesses reais dos presentes certames são facilitar as contratações de serviços de assessorias educacionais de determinada empresa do ramo. Ocorre, porém, que em "MINAS existem MAIS"

empresas do ramo de assessoria educacional, as quais têm o direito de participar das licitações para o objeto de assessoria educacional (ou Softwares Educacionais, de Gestão Escolar ou de "Plataforma de Gestão Educacional"), dentro do que a legislação vigente assegura.

De tal modo, também pelo fato de que TODAS as funcionalidades, ferramentas e recursos do software que a Administração pretende contratar por meio do presente certame, podem ser obtidos de forma TOTALMENTE GRATUITA, não há respaldo legal, moralidade e muito menos interesse público, para que o mesmo prossiga com o objeto de contratações de Plataforma de Gestão Educacional, com licença de uso de Software, fato este que também respalda a presente denúncia.

IV – DO SUBJETIVISMO DO EDITAL

IV.1 - Da Ausência de Especificação Técnica e Requisitos Referentes a Plataforma de Gestão Educacional, com licença de uso de Software a ser contratado conforme Termo de Referência:

O termo de referência está impregnado de subjetivismo, que por si só, macula todo o certame ferindo o princípio da competitividade.

Conforme determinação legal, o objeto deveria estar descrito de forma clara, precisa e suficiente, em consonância com o disposto no inc. II do art. 3º da Lei nº 10.520/02 e art. 3º da Lei nº 8.666/93.

O termo de referência deve conter todos os elementos necessários e suficientes à verificação da compatibilidade da despesa com a disponibilidade orçamentária, ao julgamento e classificação das propostas, à definição da estratégia de suprimento, à definição dos métodos de fornecimento ou de execução do serviço e à definição do prazo de execução do contrato.

Ocorre, entretanto, que para este desiderato, o Edital (em especial no Termo de Referência) deveria necessariamente ter definido quais os critérios, itens, requisitos, funcionalidades, recursos, etc. a Plataforma de Gestão Educacional, com licença de uso de Software deverá atender, sob pena de todos os licitantes ficarem à sorte do subjetivismo da Administração.

Percebe-se claramente estas omissões e subjetividade nos itens 4.9 e 4.10 do Termo de Referência, pois não possuem descrição técnica detalhada, deixando o edital com o patente vício em razão da subjetividade já acima debatida, o que implica em clara restrição de competição e ou direcionamento do certame:

"4.9 - MÓDULO PEDAGÓGICO

Tela pela qual os professores e pedagogos da EDUCAÇÃO da rede municipal de São Tiago terão acesso:

a) Um repositório com, no mínimo, uma atividade pedagógica para cada habilidade da BNCC, contemplando Educação Infantil e Ensino Fundamental I. As atividades deverão ser apresentadas em formato passível de formatação, assinadas por PEDAGOGO com formação mínima em PEDAGOGIA, com ESPECIALIZAÇÃO em área relacionada a planejamento pedagógico. Além disso, as atividades precisam manter conformidade com a BNCC e contemplar tendências pedagógicas diversas. A cada mês, o repositório de atividades precisará ser complementado com atividades novas que correspondam a, pelo menos, um acréscimo de 10% das atividades existentes na plataforma. As atividades, por amostragem, devem ser aprovadas pela equipe pedagógica do município.

b) Um repositório com, no mínimo, 200h de cursos ministrados por profissionais PEDAGOGOS com formação mínima em PEDAGOGIA, com ESPECIALIZAÇÃO em área relacionada a planejamento pedagógico. Além disso, os cursos precisam manter conformidade com a BNCC e contemplar tendências pedagógicas diversas. A cada mês, o repositório de cursos precisará ser complementado com, pelo menos, mais 20h de cursos novos. Os profissionais que acessarem os cursos terão acesso de emissão de certificados de participação. Os cursos, por amostragem, devem ser aprovadas pela equipe pedagógica do município.

Da mesma maneira, o item 4.9, não esclarece quais são as condições técnicas e ferramentas a serem oferecidas pela plataforma de gestão educacional, com licença de uso de software desejada, menção totalmente subjetiva, considerando que em informática, precisamente nos softwares, mister saber especificadamente a capacidade, as descrições dos itens e funcionalidades, o que aqui não ocorreu!

"4.10 - MÓDULO LEGISLAÇÃO

Tela pela qual todos da Secretaria de Educação terão acesso:

a) Repositório de informações, com toda a legislação educacional existente no país (leis, decretos, portarias, resoluções, pareceres), atualizados no mesmo dia da publicação de novos atos legais, organizados por temas, com acesso liberado para profissionais autorizados pelos municípios, com interpretação discutida por profissionais especializados, em textos, áudio e vídeo.

b) Repositório com análise de editais de programas educacionais publicados por Estados e União, apresentados na data de publicação, analisados em texto, áudio e vídeo por profissionais especializados.

c) O módulo Legislação terá um extenso volume de documentos (leis, decretos, portarias, resoluções e outros) referente a Educação, no âmbito Estadual e Federal, onde fica armazenado de forma eficiente, organizado em pastas e segura toda a documentação, e em cada pasta contém textos explicativos para otimização no uso.

d) O módulo permite o cadastro e consulta às legislações, mídias e a impressão dos arquivos em formato adequado, com fácil acesso e com consulta por nome, através de sistema OCR (optical character recognition).

e) Permite a elaboração de um índice com a ementa da legislação, possibilitando a consulta das mesmas por assunto, pelo número do ato, pela data, por palavras-chave ou combinações.

f) Garante atualização dos textos explicativos referente às legislações apenas por pessoas autorizadas.

g) Permite registrar na legislação cadastrada a referência e uma ligação ou atalho à nova forma que altera ou substitui, incluindo os decretos de regulamentação que as complementam.

h) Os textos explicativos de cada documento deverão ser autorais, não possuindo qualquer tipo de plágio.

*i) Atendimento humano destinado à compreensão do processo de análise, interpretação, elaboração de planos de trabalho e prestação de contas, com técnicos especializados, **com tempo de resposta de, no máximo, 30 (trinta minutos) após o cadastramento do chamado.** (Grifo nosso).*

Sendo totalmente descabido arbitrar tempo máximo de resposta em um serviço de consultoria especializada em gestão educacional em 30 (trinta) minutos, principalmente quando se trata de atendimento humano, pois os casos precisam ser estudados e elaborados concretamente, ou seja, caso a caso, o que demanda estudo técnico jurídico educacional e administrativo, para se ter o mínimo de segurança jurídica nas respostas e, que todas, sejam alinhadas os entendimentos dos Tribunais de Contas Estaduais competentes, o que fere de morte os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

A escolha efetuada pela Administração Pública pela aquisição da licença de uso de software trata-se de uma decisão discricionária do gestor, **contudo deve ser tecnicamente justificável.**

Neste diapasão, já foi mencionado acima, referente ao módulo legislação, que todas as legislações brasileiras necessárias para a gestão pública educacional encontram-se disponibilizadas gratuitamente no sítio eletrônico do Planalto, MEC, FNDE, SEE MG, ALMG, não havendo, assim, qualquer justificativa para tal contratação.

Assim, os parâmetros e exigências que a Plataforma de Gestão Educacional, com licença de uso de Software precisa atender, deveriam estar totalmente detalhados no Termo de Referência ou mesmo no Edital, contendo a especificação dos sistemas, os quantitativos, as especificações das funcionalidades dos sistemas, a forma de execução dos serviços, o regime de execução, prazo para implantação, planos de treinamento e capacitação, além do suporte técnico e recursos operacionais (hardware servidor/cliente) **o que não ocorreu!**

Uma vez que o presente Edital e seus anexos não trazem nenhuma justificativa técnica para a contratação de a Plataforma de Gestão Educacional, com licença de uso de Software para a Secretaria Municipal de Educação, em especial quais as funcionalidades e requisitos técnicos que o software deve atender de forma objetiva e devidamente justificada/motivada, é patente a clara restrição de competição e/ou direcionamento do certame, o que certamente atrairá a competência fiscalizatória dos órgãos de controle externo, inclusive deste Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Frise-se, ainda, que não houve a devida justificativa, motivação, do ato/decisão de requisição do objeto já que pela rápida leitura da descrição do objeto percebe-se que ocorreu uma consolidação do objeto sem a devida justificativa (ou sem justificativa plausível, coerente, razoável, ainda que expressamente constante do Edital), o que pode induzir a uma eventual (e ilegal) restrição de competição.

Ocorre que o referido Termo de Referência, também sequer informa quais as especificações técnicas mínimas para a Plataforma de Gestão Educacional, com licença de uso de Software, o que fere os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e do julgamento objetivo das propostas, uma vez que qualquer licitante poderá ser desclassificado, pois sequer sabe o que será avaliado, quais os critérios, itens, requisitos, funcionalidades, recursos, etc. que o Software deverá atender.

A Administração Pública tem a discricionariedade de escolher a Plataforma de Gestão Educacional, com licença de uso de Software de gestão nos limites permitidos em Lei, optando por solução mais adequada, que atenda às suas necessidades, sem que esteja configurada a restritividade e o direcionamento do certame, quando diversas empresas comercializem solução que atenda às especificações e parâmetros mínimos **que deveriam estar estabelecidos no edital e não estão!**

Sobre o tema, este Tribunal de Contas já teve a oportunidade de se manifestar, quando da apreciação da Denúncia n. 886286, de relatoria do Conselheiro Sebastião Helvécio, que assim consignou:

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. LOCAÇÃO DE SOFTWARE. (...) DESCUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES CONTIDAS NAS LEIS N. 10.520/02 E 8.666/93. PROCEDÊNCIA PARCIAL. APLICAÇÃO DE MULTAS. RECOMENDAÇÕES. (...) 6. **O objeto a ser licitado deve ser descrito de forma clara, precisa e suficiente, em consonância com o disposto no inc. II do art. 3º da Lei n. 10.520/02 e art. 3º da Lei n. 8.666/93.** 7. **A escolha efetuada pela Administração Pública pela aquisição da licença de uso de software trata-se de uma decisão discricionária do gestor, contudo deve ser tecnicamente justificável.** (grifo nosso)

Ora, o Edital e o Termo de Referência, devem informar TODAS as especificações técnicas e requisitos mínimos de TODAS as funcionalidades, ferramentas e recursos que deverão constar na respectiva Plataforma de Gestão Educacional, com licença de uso de Software, bem como as condições e

requisitos para Licenciamento, Manutenção, Alteração, Atualização, Suporte e Hospedagem do respectivo Software, se for o caso.

Além disso, qualquer empresa do ramo que pretende participar do presente certame só poderá fazê-lo se souber por completo as especificações técnicas e descrição minuciosa e detalhada da solução técnica a ser adquirida, ou seja, a respectiva Plataforma de Gestão Educacional, com licença de uso de Software.

Da mesma forma, o Edital e o Termo de Referência também devem informar todos os prazos e o cronograma de execução de cada uma das etapas de licenciamento, implantação, treinamento e funcionamento da respectiva Plataforma de Gestão Educacional, com licença de uso de Software.

E mais: quais serão os critérios de avaliação, pontuação e classificação das propostas apresentadas pelos licitantes, referentes a respectiva a Plataforma de Gestão Educacional, com licença de uso de Software que a administração pretende contratar?

Ainda neste ponto, são indispensáveis as informações detalhadas, referentes à eventual equipe técnica necessária para suporte, treinamento e apoio técnico referente a respectiva a Plataforma de Gestão Educacional, com licença de uso de Software, objeto da licitação regida pelo Edital ora denunciado.

Assim, por todo o exposto, se mostra **indispensável que o presente certame seja suspenso**, para fins de averiguação das irregularidades apontadas e, em caso de prosseguimento, que tal medida somente seja possível após a reformulação do edital para que o certame seja realizado conforme determina a legislação vigente, ou seja, o Edital (em especial no Termo de Referência) traga necessariamente a definição de quais os critérios, itens, requisitos, funcionalidades, recursos, etc. a Plataforma de Gestão Educacional, com licença de uso de Software deverá atender, sob pena de todos os licitantes ficarem à sorte do subjetivismo da Administração.

IV - Da Subjetividade da Prova de Conceito previsto no Edital para Avaliação do Software:

Destarte, no item 8 do Termo de Referência, consta a previsão de realização da Prova de Conceito Roteiro para análise da Plataforma, nos seguintes termos:

“8 - DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

Apresentar prova de conceito para certificar sobre a efetiva adequação entre o objeto oferecido pelo licitante em sua proposta e as condições técnicas estabelecidas no edital em um prazo de 15 dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato;

Apresentação da plataforma em modo funcional, com todas as funcionalidades aptas e todos os conteúdos descritos no objeto devidamente carregados, acessíveis e em consonância com os princípios estabelecidos, no prazo de 30 dias corridos contados a partir da assinatura do contrato;

O não cumprimento do prazo estabelecido ensejará rompimento unilateral do contrato por parte da contratante, com consequente aplicação das sanções administrativas e jurídicas relativas ao descumprimento de contrato público;

A contratada terá um prazo de 2 (dois) dias úteis, a partir da homologação da licitação para assinar o contrato.”.

Sobre o tema, o Tribunal de Contas de Minas Gerais já teve a oportunidade de se manifestar, no Processo nº 1114423, através da relatoria do Cons. Cláudio Couto Terrão, que assim consignou:

“DENÚNCIA. MEDIDA CAUTELAR. REFERENDO. PREGÃO PRESENCIAL. DIRECIONAMENTO DO CERTAME. PRESENTES OS REQUISITOS DO FUMUS BONI IURIS E DO PERICULUM IN MORA. SUSPENSÃO CAUTELAR DO CERTAME. DECISÃO MONOCRÁTICA REFERENDADA.

1. **Ao prever, no ato convocatório, que a prova de conceito será feita por amostragem e que poderá recair sobre qualquer exigência técnica prevista no termo de referência, o Município demanda que a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar esteja, no dia da prova, com software totalmente adequado às exigências do município, pois não saberá sobre qual item haverá de demonstrar a conformidade do sistema.**

2. **A previsão de que a escolha dos requisitos a serem demonstrados será feita por critério exclusivo dos servidores designados livremente pela Administração abre margem para o direcionamento do certame, uma vez que não existem critérios objetivos para a escolha dos requisitos técnicos que deverão ser objeto da prova de conceito, nem mesmo prévia indicação de quais agentes públicos farão a escolha”.**

(Processo 1114423– Denúncia. Rel. Cons. Cláudio Couto Terrão. Deliberado em 3/2/2022. Disponibilizado no DOC de 8/2/2022). (Grifo nosso).

Tem-se o conhecimento que a prova de conceito é exigida em algumas licitações, dependendo do nível técnico do produto ou do serviço. Assim, solicita-se uma prova, que será elaborada e aplicada por uma comissão de especialistas aptos a avaliar se a solução que está sendo proposta pela licitante se aplica às necessidades daquilo que a administração quer contratar.

Sobrevém, entretanto, que para este desiderato, **o Edital deveria necessariamente definir quais seriam os critérios técnicos objetivos a serem avaliados na Prova de Conceito, sob pena de todos os licitantes ficarem, novamente, à sorte do subjetivismo da Administração.**

De tal modo, os parâmetros e exigências que a Plataforma de Gestão Educacional, com licença de uso de Software precisa atender, deveriam estar totalmente detalhados no Termo de Referência ou mesmo no Edital.

Ocorre que o referido Termo, sequer informa quais as especificações técnicas mínimas da Plataforma de Gestão Educacional, com licença de uso de Software, o que fere os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e do julgamento objetivo das propostas, uma vez que **qualquer licitante poderá ser desclassificado na prova de conceito, pois sequer sabe o que será avaliado, quais os critérios técnicos, itens, requisitos, funcionalidades, recursos, etc. o Software deverá atender.**

Tal fato, vale destacar, contraria a pacífica jurisprudência do TCU, nos seguintes termos:

"Adote em editais de pregão critérios objetivos, detalhadamente especificados, para avaliação de amostras que entender necessárias a apresentação. Somente as exija do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar no certame". (TCU - Acórdão 1168/2009 Plenário) (grifo nosso)

"Impõe-se o detalhamento dos testes de aderência previstos no edital, com vistas a atestar a adequação das propostas e das ofertas aos requisitos de qualidade pretendidos, na medida necessária para subsidiar a decisão da Administração, prescindindo-se a descrição das minúcias de realização dos referidos

*testes" (TCU - Acórdão 394/2009 Plenário (Sumário))
(grifo nosso)*

Da mesma forma, não é sabido nem mesmo quem serão os responsáveis por esta avaliação, a ser realizada na Prova de Conceito, entretanto, sem qualquer observância das formalidades legais e técnicas aplicáveis à espécie, razão pela qual, também por isso, não pode o presente certame prosseguir, face às irregularidades e ilegalidades já demonstradas no Edital, as quais apontam para o claro indício de direcionamento e/ou restrição de concorrência/competição.

Assim, por todo o exposto, se mostra indispensável que o presente certame seja suspenso, para fins de averiguação das irregularidades apontadas e, em caso de prosseguimento, que tal medida somente seja possível após a reformulação do edital.

V – DA INOBSERVÂNCIA AO INTERESSE PÚBLICO E AUSÊNCIA DE BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA EM PROCESSO LICITATÓRIO.

Os princípios que regem as licitações públicas, estão insculpidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como no art. 3º da Lei nº 8.666/93, com destaque à supremacia do interesse público na BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.

No caso em análise, para que tal objetivo seja alcançado, imperioso superar algumas restrições e ilegalidades que maculam o presente certame, conforme passa a demonstrar.

Sabe-se que a lei de licitação apresenta três objetivos legais. O primeiro deles é garantir a isonomia entre os concorrentes, o segundo fala em **selecionar a proposta mais vantajosa para administração pública**. Já em terceiro lugar fica por conta de promover o desenvolvimento nacional sustentável.

A proposta mais vantajosa é aquela que vai garantir para a administração pública a melhor relação custo-benefício. É a proposta que, na prática, consegue juntar qualidade e preço, observando, por certo, os preços praticados no mercado, para o objeto a ser licitado.

Desta feita, importante aqui apresentarmos uma certa “coincidência” entre quatro, ou mais, municípios mineiros, como exemplo: São Tiago, Albertina/MG, São Gonçalo do Abaeté/MG e Senador Firmino/MG.

Destarte, o que há de semelhança entre estes quatro municípios?

O objeto da licitação e termo de referência são exatamente iguais, conforme se nota limpidamente em editais anexos.

Observa-se o Termo de Referência do certame ora denunciado do município de São Tiago (**claramente adaptado de outro Edital - DISPENSA Nº 003/2023 – PROCESSO Nº 005/2023 - objeto da Denúncia - Protocolo n.º 383301/2023, na data de 30/01/2023, o qual se encontra em tramitação neste Tribunal**):

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

02 – DO OBJETO

Contratação de empresa especializada em serviços técnicos para consultoria em Educação, com oferta de plataforma de gestão educacional, com licença de uso de software com atualizações que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo serviços de implantação, treinamento, suporte e atendimento técnico de todos os módulos e assistência humana especializada para resolução de todos os temas tratados através da plataforma.

03 – DA JUSTIFICATIVA

Justifica-se a contratação pela necessidade de, em um sistema unificado, para atender a todas as demandas da Secretaria de Educação de São Tiago-MG, tanto nos aspectos administrativos, quanto técnicos, orçamentários e pedagógicos; oferecendo assistência direta a todos os profissionais, possibilitando a otimização de processos e o alcance dos objetivos da Educação Municipal.

Cabe à Secretaria Municipal de Educação ofertar condições para que o desempenho das funções concernentes à gestão e execução dos serviços de educação municipal se deem com atuação harmoniosa de todos os atores do processo educativo, de forma a alcançar os objetivos a que se propõe.

Dessa forma, a plataforma de gestão educacional, ao permitir a regulação e efetiva tramitação de informações, compartilhamento de soluções; implantação, acompanhamento e gestão de processos relacionados a boas práticas administrativas e garantia de uma visão macro do trabalho desenvolvido, com cada servidor entendendo o seu papel no processo; possibilitará o alcance de resultados efetivos.

A plataforma de gestão educacional permitirá que a Secretaria Municipal de Educação ofereça capacitação permanente aos servidores administrativos, aos profissionais do magistério, aos gestores escolares, enfim, a toda rede municipal de educação.

Além das informações estruturadas e organizadas, a plataforma será o instrumento através do qual os setores da Educação Municipal terão acesso à assistência especializada, em relação a todos os temas fundamentais para a gestão educacional; sejam eles relacionados à gestão, administração, elaboração de projetos técnicos e pedagógicos, alimentação escolar, transporte escolar, gestão de sistemas estaduais e federais, engenharia, jurídicos, alimentação escolar, ações de suporte pedagógico e intervenções pedagógicas.

A assistência técnica, via plataforma de gestão escolar, deve ser efetivada por profissionais das respectivas áreas, com experiência e competência comprovada. Outro fator importante é ressaltar que a assistência técnica deve ser tempestiva e prestada a todos os servidores de todos os setores da administração pública municipal.

Fundamental também que seja possível ao gestor acompanhar em tempo real as atividades de assistência técnica prestadas através da plataforma educacional, havendo a possibilidade de emissão de relatórios capazes de comprovar a efetividade do processo e, assim, justificar os eventuais pagamentos pelos serviços prestados.

Observa-se o Termo de Referência do certame ora denunciado do município de ALBERTINA:

ANEXO IX - TERMO DE REFERÊNCIA

1. Do Objeto

Constitui objeto do presente Pregão Presencial a Empresa especializada para oferta de plataforma de gestão educacional, com licença de uso de software com atualizações que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo serviços de implantação, treinamento, suporte e atendimento técnico de todos os módulos e assistência humana especializada para resolução de todos os temas tratados através da plataforma para a Secretaria Municipal de Albertina/MG, conforme especificações contidas no Anexo I.

(...)

2. DESCRIÇÃO TÉCNICA

2.1. Disponibilizar uma plataforma de atendimento e relacionamento entre CONTRATANTE e a contratada, contendo área de acesso de com controle de perfil e alçada, tela de abertura de atendimento, consulta de atendimentos, consulta de informações, cadastro de colaboradores da prefeitura organizados por área e mecanismo de alteração de senha.

(...)

3. Justificativa da Contratação

3.1. Justifica-se a contratação pela necessidade de, em um sistema unificado, para atender a todas as demandas da Secretaria Municipal de Educação, tanto nos aspectos administrativos, quanto técnicos, orçamentários e pedagógicos; oferecendo assistência direta a todos os profissionais, possibilitando a otimização de processos e o alcance dos objetivos da Educação Municipal.

3.1.2. Cabe à Secretaria Municipal de Educação ofertar condições para que o desempenho das funções concernentes à gestão e execução dos serviços de educação municipal se deem com atuação harmoniosa de todos os atores do processo educativo, de forma a alcançar os objetivos a que se propõe.

3.1.3. Dessa forma, a plataforma de gestão educacional, ao permitir a regulação e efetiva tramitação de informações, compartilhamento de soluções; implantação, acompanhamento e gestão de processos relacionados a boas práticas administrativas e garantia de uma visão macro do trabalho desenvolvido, com cada servidor entendendo o seu papel no processo; possibilitará o alcance de resultados efetivos.

3.1.4. A plataforma de gestão educacional permitirá que a Secretaria Municipal de Educação ofereça capacitação permanente aos servidores administrativos, aos profissionais do magistério, aos gestores escolares, enfim, a toda rede municipal de educação.

3.1.5. Além das informações estruturadas e organizadas, a plataforma será o instrumento através do qual os setores da Educação Municipal terão acesso à assistência especializada, em relação a todos os temas fundamentais para a gestão educacional; sejam eles relacionados à gestão, administração, elaboração de projetos técnicos e pedagógicos, alimentação escolar, transporte escolar, gestão de sistemas estaduais e federais, engenharia, jurídicos, alimentação escolar, ações de suporte pedagógico, intervenções pedagógicas.

3.1.6. A assistência técnica, via plataforma de gestão escolar, deve ser efetivada por profissionais das respectivas áreas, com experiência e competência comprovada. Outro fator importante é ressaltar que a assistência técnica deve ser tempestiva e prestada a todos os servidores de todos os setores da administração pública municipal.

Trecho do Termo de Referência do certame PREGÃO PRESENCIAL DE Nº 04/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2023, no Município de Senador Firmino:

TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Requisitante: Secretaria Municipal de Educação

1. DO OBJETO

Contratação empresa especializada para locação de plataforma de gestão educacional, com licença de uso de software com atualizações que garantam as alterações legais, contendo rotinas de gestão da educação, incluindo serviços de implantação, treinamento, suporte e atendimento técnico de todos os módulos e assistência humana especializada para resolução de temas tratados na plataforma, conforme Termo de Referência e condições fixadas neste instrumento convocatório.

2. JUSTIFICATIVA

Justifica-se a contratação pela necessidade de, em um sistema unificado, para atender a todas as demandas da Secretaria Municipal de Educação, tanto nos aspectos administrativos, quanto técnicos, orçamentários e pedagógicos; oferecendo assistência direta a todos os profissionais, possibilitando a otimização de processos e o alcance dos objetivos da Educação Municipal.

Cabe à Secretaria Municipal de Educação ofertar condições para que o desempenho das funções concernentes à gestão e execução dos serviços de educação municipal se deem com atuação harmoniosa de todos os atores do processo educativo, de forma a alcançar os objetivos a que se propõe.

Dessa forma, a plataforma de gestão educacional, ao permitir a regulação e efetiva tramitação de informações, compartilhamento de soluções; implantação, acompanhamento e gestão de processos relacionados a boas práticas administrativas e garantia de uma visão macro do trabalho desenvolvido, com cada servidor entendendo o seu papel no processo; possibilitará o alcance de resultados efetivos.

A plataforma de gestão educacional permitirá que a Secretaria Municipal de Educação de Educação ofereça capacitação permanente aos servidores administrativos, aos profissionais do magistério, aos gestores escolares, enfim, a toda rede municipal de educação.

Além das informações estruturadas e organizadas, a plataforma será o instrumento através do qual os setores da Educação Municipal terão acesso à assistência especializada, em relação a todos os temas fundamentais para a gestão educacional; sejam eles relacionados à gestão, administração, elaboração de projetos técnicos e pedagógicos, alimentação escolar, transporte escolar, gestão de sistemas estaduais e federais, engenharia, jurídicos, alimentação escolar, ações de suporte pedagógico, intervenções pedagógicas.

A assistência técnica, via plataforma de gestão escolar, deve ser efetivada por profissionais das respectivas áreas, com experiência e competência comprovada. Outro fator importante é ressaltar que a assistência técnica deve ser tempestiva e prestada a todos os servidores de todos os setores da administração pública municipal.

(...)

Eis abaixo parte do Termo de Referência do certame de São Gonçalo do Abaeté, PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2023– PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2023:

TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Requisitante: Secretaria Municipal de Educação Cultura, Esporte e Lazer

1. DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para oferta de plataforma de gestão educacional, com licença de uso de software com atualizações que garantam as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo serviços de implantação, treinamento, suporte e atendimento técnico de todos os módulos e assistência humana especializada para resolução de todos os temas tratados através da plataforma.

2. JUSTIFICATIVA

Justifica-se a contratação pela necessidade de, em um sistema unificado, para atender a todas as demandas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, tanto nos aspectos administrativos, quanto técnicos, orçamentários e pedagógicos; oferecendo assistência direta a todos os profissionais, possibilitando a otimização de processos e o alcance dos objetivos da Educação Municipal.

Cabe à Secretaria Municipal de Educação ofertar condições para que o desempenho das funções concernentes à gestão e execução dos serviços

de educação municipal se deem com atuação harmoniosa de todos os atores do processo educativo, de forma a alcançar os objetivos a que se propõe.

Dessa forma, a plataforma de gestão educacional, ao permitir a regulação e efetiva tramitação de informações, compartilhamento de soluções; implantação, acompanhamento e gestão de processos relacionados a boas práticas administrativas e garantia de uma visão macro do trabalho desenvolvido, com cada servidor entendendo o seu papel no processo; possibilitará o alcance de resultados efetivos.

A plataforma de gestão educacional permitirá que a Secretaria Municipal de Educação de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, ofereça capacitação permanente aos servidores administrativos, aos profissionais do magistério, aos gestores escolares, enfim, a toda rede municipal de educação.

Além das informações estruturadas e organizadas, a plataforma será o instrumento através do qual os setores da Educação Municipal terão acesso à assistência especializada, em relação a todos os temas fundamentais para a gestão educacional; sejam eles relacionados à gestão, administração, elaboração de projetos técnicos e pedagógicos, alimentação escolar, transporte escolar, gestão de sistemas estaduais e federais, engenharia, jurídicos, alimentação escolar, ações de suporte pedagógico, intervenções pedagógicas.

A assistência técnica, via plataforma de gestão escolar, deve ser efetivada por profissionais das respectivas áreas, com experiência e competência comprovada. Outro fator importante é ressaltar que a assistência técnica deve ser tempestiva e prestada a todos os servidores de todos os setores da administração pública municipal.

(...)

Assim, tais licitações (de idênticos objetos) ferem de morte a supremacia do interesse público na BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, pois claramente depara-se com um **direcionamento dos certames**, nos termos do entendimento do Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

*“AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - COPASA - COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL APÓS O TRANSCURSO DO PRAZO FIXADO NO EDITAL - FORMALISMO EXACERBADO - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. **O procedimento licitatório não é um fim em si mesmo, mas sim um instrumento por***

meio do qual a Administração seleciona a proposta mais vantajosa para o interesse público ao mesmo tempo em que assegura a todos os interessados, em igualdade de participação, a possibilidade de contratação com o Poder Público. Trata-se, portanto, de um procedimento voltado à tutela dos princípios da eficiência e economicidade administrativas e da isonomia e da impessoalidade no trato com a coisa pública." (TJMG, Processo: Agravo de Instrumento-Cv nº 1.0000.21.276768-5/001, Rel. Des. Jair Varão, 05/08/2022)

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. EDITAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2022. MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE ITABIRA. CONCESSÃO DE SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA. MANIFESTAÇÃO EXTEMPORÂNEA DE RESCISÃO. CONTRATO APARENTEMENTE VIGENTE. DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.

- A realização de licitação é a regra geral para as contratações promovidas pela Administração Pública, de modo a permitir a igualdade de condições e de oportunidades, visando, assim, alcançar as propostas mais adequadas e vantajosas para o Poder Público, em estrita observância dos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência e de outros correlatos.

- Embora não se desconheça a necessidade de processo licitatório para a concessão de serviço público, a renúncia extemporânea, ao menos nesse momento de cognição sumária, não tem o poder de rescindir o contrato aparentemente válido e em plena vigência.

- Recurso não provido. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0000.22.137170-1/001, Relator(a): Des.(a) Wander Marotta, 5ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 03/11/2022, publicação da súmula em 04/11/2022)

Sendo, importante salientar que os certames dos Municípios de **SÃO TIAGO**, DISPENSA Nº 003/2023 – PROCESSO Nº 005/2023, **SÃO GONÇALO DE ABAETÉ/MG**, PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2023– PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2023, **SENADOR FIRMINO/MG**, PREGÃO PRESENCIAL DE Nº 04/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

10/2023 e **ALBERTINA/MG** PREGÃO PRESENCIAL DE Nº 08/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19/2023 foram alvos de denúncias frente a este egrégio Tribunal, nos termos dos seguintes **protocolos n.º 383301/2023, 379701/2023, 382701/2023 e nº 386802/2023 respectivamente.**

Também é importante registrar que o Município de Senador Firmino, após solicitação de esclarecimentos deste egrégio Tribunal, publicou a suspensão do Pregão Presencial 04/2023, Processo Administrativo nº 10/2023, o que pode ser constatado no documento em anexo e no próprio site do município de Senador Firmino, através do Link:

<https://senadorfirmino.mg.gov.br/oficial/index.php?link=licitacao&&postId=388>

Por fim, cabe ratificar que o Município de SÃO TIAGO/MG, já teve no mês de janeiro de 2023 o Processo de DISPENSA Nº 003/2023 – PROCESSO Nº 005/2023, denunciado a este Egrégio Tribunal, sob **nº 383301/2023**, o qual tinha como objeto a aquisição software. Portanto, o Edital ora denunciado, é a penas a adaptação dos termos do edital anteriormente denunciado, em patente tentativa deliberada de burlar a legislação a ser observada e cumprida em qualquer certame licitatório.

V - DOS PEDIDOS REFERENTES À PRESENTE DENÚNCIA:

I – Que seja recebida a presente denúncia, nos termos e moldes constantes do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

II – Por todo o exposto, no exercício da competência prevista no art. 197, caput e § 1º e 2º, c/c art. 264 do Regimento Interno deste Tribunal, que seja determinada a suspensão liminar do certame, considerando que a licitação pode ser suspensa em qualquer fase até a data da assinatura do contrato, nos termos do disposto no art. 267 do Regimento Interno do TCE MG, devendo os responsáveis manterem o edital do PREGÃO ELETRÔNICO N.º 03/2023 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 21/2023 suspenso, na fase em que se encontra, e se absterem de praticar qualquer ato tendente a efetivar a contratação em tela, inclusive por meio de dispensa de licitação, nos termos registrados no edital em exame, sob pena de multa pessoal em valor a ser fixado por esta e. Corte de Contas, nos termos do art. 85, inciso III, da Lei Complementar nº 102/2008.

III – Para que o Edital (em especial no Termo de Referência) faça constar necessariamente a definição de quais os critérios, itens, requisitos, funcionalidades, recursos, etc., a Plataforma de Gestão Educacional, com licença de uso de Software deverá atender, sob pena de todos os licitantes ficarem à sorte do subjetivismo da Administração, sendo devidamente retificado, na forma da legislação vigente;

IV - Que sejam reparadas as ilegalidades e inconformidades constantes do Edital do certame, ao tratar do Edital e Anexos, bem como a prova de conceito, além de outras irregularidades a serem detectadas no Edital pelo e. Órgão Técnico deste Tribunal.

V- Que seja reaberto, com a devida publicação, o prazo legal para realização da sessão pública do Pregão Eletrônico para que todas as empresas do ramo pertinente, eventualmente interessadas, possam participar da licitação em questão;

VI – Após corrigidas as ilegalidades e inconformidades inerentes às condutas e atos impugnados na presente denúncia, o regular prosseguimento do certame, na forma da Lei.

Pede deferimento.

Conselheiro Lafaiete, 06 de março de 2023.

A CONSULTORIA LTDA

CNPJ 35.236.886/0001-51

Izabella Sousa Coimbra Nascimento – Representante Legal
